

Processo: 005.710/2024-3

Natureza: Representação de Unidade Técnica

Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica

UT Representante: Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear – AudElétrica

DESPACHO

Trata-se de representação formulada pela AudElétrica, nos termos do art. 237, inciso VI, do RITCU, em face de indícios de descumprimento do art. 28, *caput*, da Lei 14.300/2022, caracterizados por possível comercialização ilegal de créditos de energia elétrica no âmbito da micro e minigeração distribuída (MMGD), a qual se confirmada pode estar resultando, entre outros, na concessão de subsídios indevidos para determinados grupos específicos de consumidores e na majoração das tarifas para o restante, com distorção de um dos princípios fundamentais da política pública de MMGD, qual seja: a produção de energia elétrica para consumo próprio e não para comercialização.

2. Em exame inicial da matéria, a unidade representante conclui que (peças 12-14):

a) a situação encontrada indica uma distorção dos mecanismos criados para, na prática, desvirtuar a finalidade de geração para consumo próprio e contornar a vedação de comercialização de créditos de energia ou da venda de energia, resultando no aumento de encargos para o restante dos consumidores e contribuindo com a denominada “espiral da morte”;

b) a comercialização de créditos de energia contraria expressamente o marco legal da MMGD, em especial o art. 28, *caput*, da Lei 14.300/2022, e o § 5º do art. 655-M da REN Aneel 1.000/2021;

c) a atuação do TCU é necessária desde já, em vista da i) materialidade do mercado de geração compartilhada e autoconsumo remoto apresentar subsídios de bilhões de reais anuais (R\$ 7,1 bilhões em 2023, peça 12, p. 4); e ii) da ausência de cronograma publicado para atuação da Aneel; e

d) há indícios de que seja necessário a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizar fiscalização para identificação e atuação em casos de comercialização ilegal de energia, bem como aprimorar a regulação para coibir práticas que se caracterizem como venda de energia, créditos de energia ou excedentes de energia.

3. Posto isso, propôs a unidade técnica conhecer da representação, realizar oitiva da Aneel e adotar diligências e inspeções para suprir lacunas e omissões eventualmente detectadas.

4. A representação reúne os requisitos de admissibilidades afetos à espécie processual, motivo pelo qual admito o regular processamento do feito.

5. Quanto às preliminares suscitadas pela AudElétrica, observo a respectiva



pertinência dados os indícios de irregularidade carreados ao processo pela unidade, acrescidos da materialidade e da relevância que permeiam a matéria.

6. Ante o exposto, acolho as propostas da unidade técnica para:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do RITCU;

b) autorizar oitiva da Agência Nacional de Energia Elétrica, nos termos do art. 276, § 2º, do RITCU, para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre os indícios de irregularidades apontados na representação e **sobre a possibilidade de o Tribunal vir a deliberar acerca de aprimoramentos na fiscalização e regulação do tema, no sentido de determinar à Agência que:**

b.1) elabore, em prazo de 60 dias, plano de fiscalização para identificar e eventualmente sancionar, sem descuidar das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, os casos de descumprimento do art. 28, *caput*, da Lei 14.300/2022, e art. 655-M, § 5º, da REN Aneel 1.000/2021 (comercialização, ainda que indiretamente, de energia, créditos ou excedentes de energia elétrica provenientes de MMGD);

b.1.1) inclua no plano de fiscalização supramencionado ações que visem inibir o registro de novos empreendimentos irregulares até que a Agência implemente melhorias na regulamentação do assunto;

b.2) elabore, em prazo de 80 dias, plano de ação para regulamentar a matéria, em especial no tocante ao art. 28, *caput*, da Lei 14.300/2022, e art. 655-M, § 5º, da REN Aneel 1.000/2021, no sentido de coibir a comercialização, ainda que indiretamente, de energia, créditos ou excedentes de energia elétrica provenientes de MMGD;

b.2.1) inclua no plano de ação supramencionado ações quanto à situação dos empreendimentos já enquadrados como MMGD, devendo considerar estudos de impacto da correção de irregularidades nas autorizações já realizadas, ou a apresentação de justificativas para a manutenção das reduções já autorizadas considerando as consequências práticas que tal decisão possa acarretar (conforme o art. 20 LINDB);

c) autorizar à AudElétrica a realizar diligências e/ou inspeções que se façam necessárias para a coleta de informações necessárias para suprir omissões e lacunas de informações para a apuração na presente representação;

d) informar à Aneel que os itens b.1 a b.2.1 do presente despacho consistem em possíveis deliberações a serem eventualmente exaradas pelo Plenário do Tribunal e que, neste momento processual, são submetidas a comentários dos gestores da Agência como forma de propiciar à entidade que participe da tomada de decisão.

7. À Seproc, para as comunicações processuais, encaminhando-se à Aneel cópias do presente despacho e da instrução à peça 12.

Brasília, 13 de março de 2024

(Assinado eletronicamente)

Antonio Anastasia
Relator